



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

PEDIDO DE INFORMAÇÃO SIGA Nº CMBG-PIN-2025/00004

Autor: Vereador **Moisés Scussel Neto**

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Solicitação ao Prefeito Municipal, por intermédio da Secretaria Competente, para que informe, no prazo legal, as informações detalhadas sobre servidores contratados em regime temporário e emergencial, abrangendo o número total de contratados, suas lotações, nomes, salários e demais informações pertinentes.

JUSTIFICATIVA

Com fundamento na **Constituição Federal (art. 5º, inciso XXXIII, e art. 37, caput)**, na **Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)** e **Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves (art. 121)**, e em observância ao dever de transparência da Administração Pública, venho, por meio deste, solicitar as seguintes informações relativas aos contratos temporários e emergenciais vigentes na Administração Municipal:

1. Número Total de Servidores Contratados

- Quantos servidores estão atualmente contratados em regime temporário ou emergencial pelo Município?

2. Lotação dos Servidores

- Em quais órgãos, secretarias, departamentos ou unidades esses servidores estão lotados? Solicito a lista detalhada, especificando a quantidade por setor.

3. Identificação e Remuneração

- Qual o nome de cada servidor atualmente contratado em regime temporário ou emergencial?

Classif. documental

01.02.01.03



CMBGPIN202500004A

Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

- Qual o salário bruto e líquido recebido por cada um desses servidores?

4. Detalhamento dos Contratos

- Qual a duração dos contratos temporários e emergenciais vigentes?
- Quais os critérios utilizados para a contratação desses servidores?

A solicitação de detalhes sobre o número total de contratados, suas lotações, nomes, salários e demais informações pertinentes visa:

1. **Assegurar a Legalidade das Contratações:** A Constituição Federal, em seu **artigo 37, inciso IX**, permite a contratação por tempo determinado para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público. É fundamental verificar se tais contratações estão sendo realizadas dentro dos parâmetros legais e se atendem efetivamente a situações de necessidade temporária e excepcional, conforme previsto na legislação vigente.
2. **Garantir a Eficiência e a Moralidade Administrativa:** A transparência nas informações sobre contratações temporárias permite avaliar se os princípios da eficiência e da moralidade estão sendo observados, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada e que as contratações atendam ao interesse público.
3. **Permitir o Controle Social e a Fiscalização:** O acesso a essas informações possibilita que os cidadãos e os órgãos de controle acompanhem a gestão pública, identificando possíveis irregularidades ou desvios, e promovendo a participação ativa da sociedade na fiscalização das ações governamentais.
4. **Avaliar a Necessidade de Concursos Públicos:** A análise dos dados sobre contratações temporárias pode indicar a necessidade de realização de concursos públicos para suprir demandas permanentes, evitando o uso indevido de contratos temporários para funções que deveriam ser ocupadas por servidores efetivos.

Portanto, a obtenção dessas informações é essencial para garantir a conformidade das contratações temporárias e emergenciais com os preceitos constitucionais e legais, promovendo uma gestão pública transparente, eficiente e comprometida com o interesse coletivo. Ademais cabe salientar que a realização de **concursos públicos** para o preenchimento de cargos na administração pública é fundamental para assegurar a eficiência, a transparência e a continuidade dos serviços prestados à população.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

O **artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988** estabelece que a investidura em cargos ou empregos públicos depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Essa exigência visa garantir que a seleção de servidores seja baseada no mérito, assegurando igualdade de oportunidades e a escolha dos candidatos mais qualificados para o exercício das funções públicas.

Limitações das Contratações Temporárias e Emergenciais:

Embora a Constituição, em seu **artigo 37, inciso IX**, permita contratações por tempo determinado para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, essa modalidade deve ser utilizada apenas em situações excepcionais. O uso indiscriminado de contratações temporárias pode acarretar diversos problemas, tais como:

- **Descontinuidade dos Serviços:** Servidores temporários possuem vínculos de curta duração, o que pode comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.
- **Falta de Comprometimento de Longo Prazo:** A ausência de estabilidade pode influenciar negativamente o engajamento e a motivação dos servidores temporários.
- **Risco de Desvirtuamento da Função Pública:** Contratações temporárias para funções permanentes podem desvirtuar a natureza dos cargos públicos e comprometer a eficiência administrativa.

Benefícios do Concurso Público para a Prestação de Serviços à População:

1. **Profissionalização e Qualificação:** O concurso público seleciona candidatos com base no mérito, garantindo que os servidores possuam a qualificação necessária para desempenhar suas funções com competência.
2. **Estabilidade e Continuidade:** Servidores efetivos têm estabilidade no cargo, o que assegura a continuidade dos serviços públicos e permite o desenvolvimento de políticas de longo prazo em benefício da sociedade.
3. **Transparência e Igualdade de Oportunidades:** O processo seletivo por concurso público é aberto a todos os cidadãos que atendam aos requisitos, promovendo igualdade de oportunidades e transparência na seleção.
4. **Compromisso com o Interesse Público:** Servidores concursados tendem a desenvolver um maior compromisso com o serviço público e com a missão institucional, resultando em atendimento de melhor qualidade à população.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

A realização de concursos públicos é essencial para fortalecer a administração pública, garantindo que os serviços oferecidos à população sejam contínuos, eficientes e de alta qualidade. A utilização de contratações temporárias deve ser restrita às situações verdadeiramente excepcionais, conforme previsto na Constituição, evitando-se o desvirtuamento dessa modalidade de contratação.

Agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Bento Gonçalves, 15 de janeiro de 2025.

- assinado eletronicamente -

Vereador Moisés Scussel I MDB
Vereador

